

Corredor ecológico, o caminho da proteção

Áreas preservadas em vários Estados do País vão formar núcleos de conservação

LIANA JOHN

A implantação de um corredor ecológico de 9 milhões de hectares, entre os estados do Pará, Tocantins, Goiás e Mato Grosso, começou a ser discutida, na semana passada, entre representantes da sociedade civil – organizados em associações de moradores, entidades ambientalistas, sindicatos e cooperativas – e técnicos do Instituto Brasileiro de Meio Ambiente e Recursos Naturais Renováveis (Ibama), durante o IV Seminário de Gestão Sócio-Ambiental, que está sendo realizado no município de Conceição do Araguaia, no Pará.

Os corredores ecológicos são sistemas de gestão integrada de várias categorias de unidades de conservação – parques, florestas nacionais, APAs, reservas biológicas –, visando a conservação da biodiversidade e o uso racional dos recursos naturais, associados à promoção do desenvolvimento sustentável e à repartição equitativa de benefícios gerados.

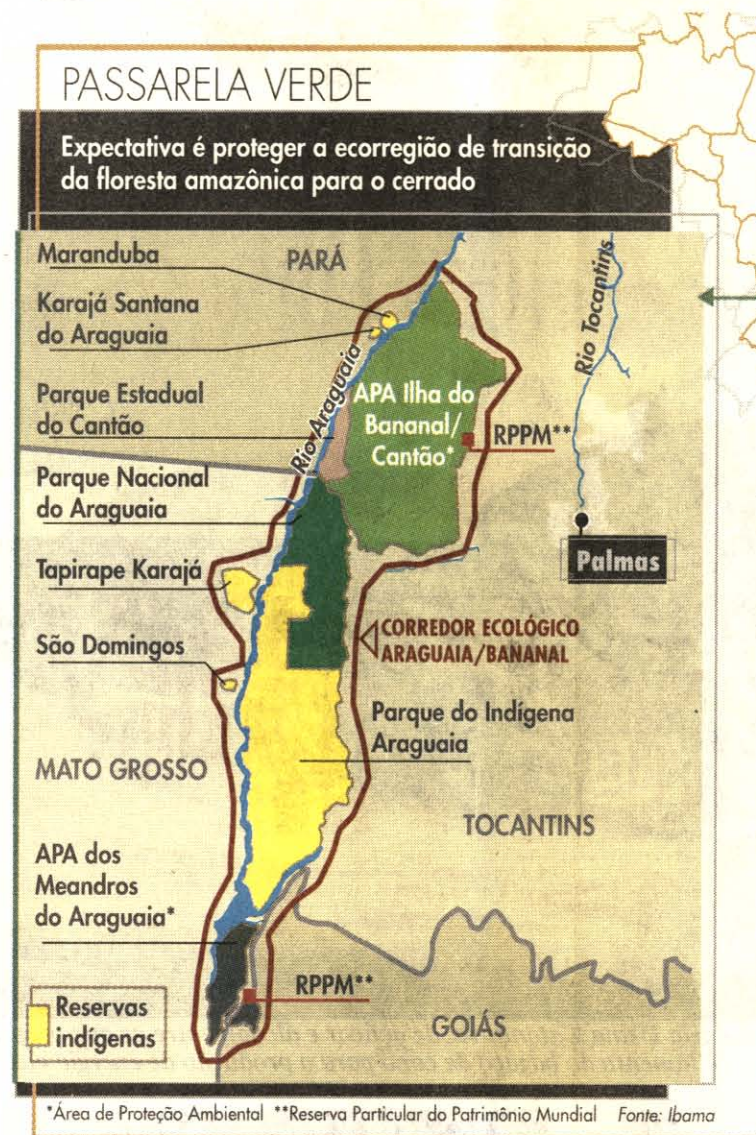
Núcleos – As áreas protegidas formam núcleos de conservação, cercados por fazendas, projetos de colonização e outras áreas de uso, onde se procura fazer planos de manejo conjuntos, de modo a permitir ou aumentar a circulação de espécies entre as unidades de conservação, sejam elas federais, estaduais, municipais ou reservas privadas.

A intenção é favorecer ou promover ativamente a recomposição florestal entre as áreas núcleo, ao mesmo tempo em que se reduz a pressão de caça, desmatamento e deterioração ambiental no entorno dos parques e reservas. Em termos de políticas públicas, criar um corredor ecológico significa optar por alternativas menos predatórias de desenvolvimento regional.

No caso do corredor Araguaia-Bananal, a expectativa é cuidar da ecorregião de transição da floresta amazônica para o cerrado, englobando 11 áreas protegidas, sendo 4 unidades de conservação – o Parque Nacional do Araguaia (562 mil hectares); a Área Federal de Proteção Ambiental (APA) dos Meandros do Araguaia (357 mil hectares); o Parque Ecológico Estadual do Cantão (89 mil hectares); a Área Estadual de Proteção Ambiental (APA) do Bananal/Cantão (1,67 milhão de hectares) –, 6 territórios indígenas (2 milhões de hectares) e 2 Reservas Particulares do Patrimônio Natural (RPPN).

O novo sistema também abrange parte da bacia dos rios Araguaia e Tocantins, atualmente castigadas pela frequência excessiva das queimadas e remoção de matas ciliares.

Na formação de corredores ecológicos localizados na floresta amazônica ou mesmo na transição da Amazônia para o cerrado, como é o



caso do Araguaia-Bananal, o maior desafio é manter preservados os ecossistemas, evitando a perda de habitats e biodiversidade. Mas, na região de domínio da Mata Atlântica, os corredores ecológicos precisam ser reconstruídos, tal o nível de fragmentação dos remanescentes de floresta.

Bahia – É o caso do Corredor Central da Mata Atlântica, que se estende do Rio Itapemirim, no Espírito Santo, até a bacia do rio Jequiçá, na Bahia. Em

toda essa área, apenas 1,2% é de florestas primárias e 11% são de mata atlântica, em diversos estágios de recuperação. O resto precisa ser replantado, criando conexões entre unidades de conservação, reservas particulares e terras indígenas.

“Temos basicamente 3 paisagens para administrar de forma diferente”, explica Gerardo Bressan Smith, que deverá assumir a coordenação do corredor. Segundo ele, em todo o sul da Bahia pre-

dominam pequenos fragmentos de mata em grandes áreas de pastagens, onde o esforço para reverter a fragmentação é muito grande. No norte do Espírito Santo e na região de Porto Seguro, existem grandes blocos de floresta perdidos em meio a centenas de pequenas ‘ilhas’, separadas por área muito alteradas por interferência do homem, onde é importante promover a conexão dos grandes blocos de floresta. E há ainda a paisagem xadrez, junto à Baía de Camamu, na Bahia, onde há mais condições de conexão.

“Em todas estas áreas dependemos muito da participação de particulares pois 92,5% das terras desse corredor são compostas de áreas privadas e apenas 7,5% são terras públicas”, continua Bressan. “Por isso é importante incentivar negócios sustentáveis na floresta recomposta, que atraíam os investimentos destes particulares.”

Investimentos – A primeira fase de implantação do Corredor Central da Mata Atlântica está em andamento e conta com investimentos do Rainforest Trust, da ordem de US\$ 6 milhões, para capacitação de recursos humanos, elaboração de planos de gestão e unificação da fiscalização ambiental federal e estadual com a polícia. A partir de 2003 terá início a segunda fase, de execução, com a parceria de órgãos governamentais e ongs e um investimento previsto, de cerca de US\$10 milhões, do KfW.

NO CERRADO E NA AMAZÔNIA, QUATRO ESTADOS SÃO BENEFICIADOS

OBJETIVO É O USO RACIONAL DE RECURSOS